

## **Integração e espaços abertos**

Albrecht von Gleich

Nas décadas precedentes, as relações entre a Europa e a América Latina caracterizaram-se por padrões variáveis de cooperação política e económica. Nos anos setenta, os contactos oficiais entre as duas regiões situaram-se a um nível político pouco elevado. Em 1972, os representantes do Conselho e da Comissão da Comunidade Europeia e o grupo de embaixadores da América Latina junto da Comunidade (GRULA) tentaram estabelecer reuniões periódicas. Contudo, perante a instabilidade política na América Latina, o insucesso dos membros do GRULA na tentativa de coordenar as políticas respeitantes à Comunidade e a ausência de um mandato claro para as negociações, comum a ambas as partes, o incipiente diálogo fracassou. As declarações unilaterais de boa vontade, que raramente chegavam a ser postas em prática – tal como a declaração de Buenos Aires da Comunidade Europeia, 1974 – , sublinhavam a impressão negativa das relações políticas entre as duas regiões, que mais pareciam um «diálogo de surdos».

Na década de 70 foram assinados acordos de cooperação entre a Comunidade e alguns dos mais importantes países latino-americanos. No entanto, a cooperação para o desenvolvimento neste período limitou-se a acordos de comércio não preferenciais.

Curiosamente, a posição relativa da América Latina no mercado comunitário era, vinte anos atrás, muito mais forte do que é hoje. Em 1970, o comércio com a América Latina representava 8,1% do total das importações da Comunidade e 7,2% das exportações. Em 1990, estas percentagens decresceram para, respectivamente, 5,4% e 3,7%.

No início dos anos 90, as relações políticas entre as duas regiões conheceram um novo alento. Diferentes factores convergiram para criar um novo clima de compreensão mútua e afinidade política:

- a evolução dos conflitos na América central, fruto da rivalidade directa entre as duas superpotências;
- a crise da dívida externa que afectou a estabilidade da economia internacional, afectando igualmente os países industrializados;
- finalmente, o processo de redemocratização da América Latina, que abriu a via para a inserção do subcontinente no sistema internacional e, simultaneamente, alertou para a necessidade de os países industrializados apoiarem economicamente os novos regimes democráticos, para a defesa da ordem constitucional e dos direitos do Homem.

## **Cooperação política**

À medida que se intensificavam os conflitos na América central, a Comunidade Europeia começou a desempenhar um papel significativo na pacificação da região. Vendo-se envolvidos no conflito leste-oeste, os governos centro-americanos procuraram o reforço dos laços com a Comunidade, que ao apoiar incondicionalmente soluções verdadeiramente regionais para os conflitos, conquistou a confiança dos dirigentes da América central, assumindo-se como parceiro de confiança para os interesses regionais.

O envolvimento da Comunidade na América central proporcionou o estabelecimento de contactos regulares, a nível governamental, com a América Latina. Desde 1985 que a Comunidade se reúne anualmente, a nível ministerial, com os países da América central e com os Estados membros do grupo de Contadora, no âmbito do processo de São José.

Dois anos depois, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade iniciam reuniões informais com o Grupo do Rio. Com o passar dos anos, o Grupo do Rio transformou-se no interlocutor privilegiado da CE na América Latina. O processo de consultas atingiu o seu auge com a Declaração sobre as relações entre a Comunidade Europeia e o Grupo do Rio, adoptada na reunião de Roma, em Dezembro de 1990. Esta declaração, que virtualmente institucionalizou o diálogo político entre as duas regiões, estabeleceu uma ampla agenda para o futuro das relações entre elas, dando especial ênfase a temas prioritários para ambas – a luta contra o narcotráfico e a cooperação científica e tecnológica.

Em paralelo com o desenvolvimento dos contactos oficiais entre a Europa e a América Latina, assistiu-se igualmente, nos anos 80, sobretudo no lado europeu, a um incremento do multilateralismo, com o crescente envolvimento de um vasto leque de actores transnacionais e não governamentais. Na esfera comunitária, os contactos não se restringiram à Comissão, estando o Conselho e o Parlamento Europeu também presentes. Para além da Comunidade, os partidos políticos, as estruturas partidárias internacionais, os sindicatos, as igrejas e organizações não governamentais estabeleceram uma extensa rede de cooperação política.

### **Dívida**

O problema da dívida permaneceu, em grande medida, na agenda bilateral. Os bancos europeus eram detentores de cerca de um terço da dívida total da América Latina – bancos britânicos, franceses e alemães, num total de cerca de 100 mil milhões de dólares. Muitos países europeus garantiram incentivos fiscais substanciais para as reservas e provisões relativas à dívida dos países em vias de desenvolvimento, protegendo eventuais perdas a 80%. Não houve, pois, necessidade de exercer pressões governamentais para a redução da dívida, embora um proeminente banqueiro europeu mencionasse a obrigação moral dos bancos comerciais em considerarem esta questão.

O Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu comentaram, em diversas ocasiões, o impacto negativo da dívida na recuperação das economias latino-americanas. Durante os anos oitenta, o problema das substanciais transferências financeiras para os países credores,

consequência do serviço da dívida, foi um importante tópico das consultas entre as duas regiões, apesar de se tratar de uma competência exclusiva dos Estados membros. Encontra-se na mesma situação a dívida oficial, tratada pelo Clube de Paris. Este perdoou, muito generosamente, parcelas da dívida apenas aos países da África, Caraíbas e Pacífico e aos Estados da Europa central e de leste. Em relação à América Latina, considerou unicamente os casos de alguns dos países mais pobres, o que, logicamente, preocupou os governos latino-americanos. De qualquer forma, vários países europeus, agindo individualmente e fora do âmbito do Clube de Paris, estabeleceram alguns acordos com a América Latina. Em alguns casos, estes acordos incluíram esquemas de conversão da dívida, a troco da tomada de medidas nas áreas ambiental e social.

Apesar de o problema da dívida não ser já uma das prioridades urgentes da agenda latino-americana, a sua redução em benefício do aumento das verbas destinadas às questões sociais e do investimento continua a ser actual. É nessa medida que o Grupo do Rio continua a pressionar os países do Clube de Paris para que apresentem um plano de acção concreto para a redução, substancial, da dívida oficial da América Latina.

### **Apoio aos processos democráticos**

O processo de cooperação económica e política de São José demonstrou que a Comunidade estava preparada para aceitar a existência de uma relação profunda entre estabilidade democrática e crescimento económico e para ter um papel importante na conjugação de esforços internacionais para apoiar a democracia na América central. O acordo de cooperação assinado com os cinco Estados da América central foi, pois, o primeiro a ultrapassar o esquema tradicional dos acordos de comércio não preferenciais, incluindo ajuda económica e humanitária.

Na segunda metade dos anos oitenta, os Estados membros, agindo individualmente, desenvolveram a cooperação com a América Latina. São de salientar especialmente, pelo alargamento da esfera de acção que representam, o Tratado de Cooperação e Amizade e o Acordo Quadro de Cooperação que a Espanha e a Itália, respectivamente, assinaram com diversos países sul-americanos e com o México. Os acordos celebrados sublinhavam a relação estreita entre a cooperação para o desenvolvimento e o apoio aos processos democráticos. O acordo de cooperação italo-argentino contém mesmo uma cláusula que condiciona a cooperação económica à existência de um regime democrático na Argentina.

### **Declínio dos investimentos e dos fluxos comerciais**

O reforço dos laços políticos e institucionais, nos anos oitenta, contrasta fortemente com o declínio das relações comerciais e dos fluxos financeiros. Uma parte significativa das empresas de média dimensão que, em períodos anteriores, contribuíram com investimentos e tecnologias, diminuíram substancialmente os seus negócios com a América Latina. Esta diminuição tem origem no facto de os negócios serem considerados como de alto risco, dada a

falta de garantias financeiras, dificuldade de lidar com as altas taxas de inflação ou, simplesmente, pela perda de confiança. Os importantes investidores alemães, por exemplo, trocaram a América Latina pelas mais prometedoras oportunidades de investimento na península Ibérica.

A crescente diminuição dos fluxos comerciais preocupa ainda mais os latino-americanos. As boas relações políticas com a Comunidade são prejudicadas pelas acusações feitas pela América Latina à Europa de protecção face aos produtos agrícolas da região, que constituem cerca de metade do total das exportações latino-americanas para a Europa. O diferendo existente entre as duas regiões em tomo da Política Agrícola Comum agravou-se durante as negociações do Uruguai *round*. Cinco países latino-americanos juntaram-se ao Grupo de Cairns, criticando duramente a Comunidade pela sua inflexibilidade no que diz respeito aos preços agrícolas e aos subsídios às exportações.

### **Os desafios dos anos noventa**

A preparação para a união política e económica e o fim dos regimes comunistas na Europa central e de leste suscitam preocupações consideráveis fora da Europa. Os países em vias de desenvolvimento, particularmente, receiam que a criação do mercado único possa aumentar o protecção e que os recursos comunitários para o desenvolvimento possam, no futuro, ser canalizados para a estabilização do incipiente processo de democratização da Europa central e de leste.

As transformações políticas e económicas no continente europeu, até ao momento, não tiveram grande impacto no que diz respeito à América Latina. Estudos e previsões relativos aos possíveis efeitos do mercado único nas relações com a região apontam para que as perdas e os ganhos dependam, em primeiro lugar, da própria América Latina. Só a capacidade para desenvolver uma competitividade dinâmica, baseada na inovação tecnológica, na gestão eficiente e no *marketing*, poderá colocar a América Latina numa posição que lhe permita competir com sucesso e beneficiar do alargado mercado europeu. Se o não conseguir, a América Latina verá reduzidas as suas capacidade de exportação; restar-lhe-ão apenas pequenos segmentos de mercado para alguns produtos agrícolas e minerais que possuam vantagens comparativas convencionais.

As preocupações respeitantes à Europa de leste não são totalmente infundadas. A Comunidade e muitos dos Estados membros – entre os quais a Alemanha concederam-lhe muito rapidamente um tratamento preferencial, tanto em termos políticos como em relação às despesas públicas. No entanto, quanto ao investimento privado, os países da Europa de leste estão ainda longe de competir com a América Latina. Os riscos políticos e a falta de infra-estruturas fiscais e empresariais adequadas tomam o investimento directo pouco atraente. Para além disso, a questão do investimento directo estrangeiro na América Latina e na Europa de leste tem sido frequentemente descrito como um jogo de soma nula, dando a falsa impressão

de que o investimento na Europa de leste envolve necessariamente uma redução dos recursos disponíveis para a América Latina.

Muito pouca atenção tem sido prestada aos possíveis efeitos positivos das mudanças na Europa de leste na América Latina. Tendo em vista o aumento da estabilidade económica e dada a estrutura particular da procura, os antigos países socialistas podem oferecer oportunidades consideráveis para os produtos de exportação latino-americanos.

Existe, no entanto, o perigo de que a Europa venha a estar cada vez mais autocentrada, assim como existe o risco de o enorme esforço que a Comunidade terá que fazer para a construção do mercado único e para a reconstrução do leste europeu possa vir a afectar as relações Europa-América Latina. Mais ainda, as mudanças no continente europeu coincidem com um momento crucial para a estabilidade económica e política de muitos países latino-americanos. A consolidação da democracia no subcontinente não pode, de forma alguma, considerar-se assegurada. A fraqueza das instituições democráticas, a desigual distribuição da riqueza e o pauperismo crescente representam ameaças sérias para a estabilidade da ordem constitucional em toda a América Latina.

A democracia é não só condição prévia para um desenvolvimento estável e pacífico na América Latina, como também a base para que exista um consenso europeu relativamente à cooperação com a região. É, sem dúvida verdade que a Comunidade está cada vez mais sensível aos perigos que ameaçam a democracia na América Latina. Assim o demonstra a condenação, por parte dos ministros dos Negócios Estrangeiros, no quadro da Cooperação Política Europeia, das tentativas de golpe de Estado na Argentina e na Venezuela, do derrube dos líderes democraticamente eleitos no Haiti e do auto golpe do presidente Fujimori no Peru.

Apesar dos progressos já feitos, o futuro das relações biregionais dependerá de um envolvimento mais concreto da Europa com a democracia latino-americana, ou seja, de um maior empenhamento na resolução dos problemas económicos e sociais. Salientaram-se na presente década três aspectos fundamentais, decisivos para o futuro da América Latina no contexto da ordem económica internacional emergente, que podem afectar a estrutura das relações com a Europa:

- o processo de reformas económicas e de ajustamento estrutural, caracterizador das estratégias de desenvolvimento da maioria dos países latino-americanos.
- o futuro da integração sub-regional e a extensão do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) a outros países latino-americanos.
- o futuro da cooperação para o desenvolvimento da Comunidade com a América Latina.

### **Reformas económicas**

o processo latino-americano de reformas económicas, dirigido a problemas como a disciplina e a reforma fiscal, a reforma do Estado, a liberalização dos mercados financeiros e a

estabilização monetária, foi bem recebido quer pelo sector privado, quer pelos políticos e pelos governos europeus. O aumento dos investimentos reflecte a reacção positiva das companhias europeias às novas condições macroeconómicas de muitos países latino-americanos. Aliás, houve mesmo instituições europeias que apoiaram activamente os processos, participando na elaboração e execução das reformas.

No entanto, as reformas não são suficientes para alcançar um desenvolvimento dinâmico. Liberalização comercial e taxas de câmbio concorrenciais não são as únicas condições requeridas para um crescimento dinâmico das exportações, nem tão pouco os incentivos ao investimento directo estrangeiro. As privatizações e a desregulação produzem, por si sós, um aumento do afluxo de capitais estrangeiros. Certamente que estas medidas corrigem distorções, aplanam obstáculos e fomentam o crescimento económico e, para além disso, se o processo de reformas for concebido numa perspectiva duradoura, ajudam a criar um clima de confiança, tanto no país como no estrangeiro.

Uma dinâmica de desenvolvimento real baseia-se igualmente em outros factores, tais como a capacidade de inovação, a incorporação de tecnologia, os recursos humanos, um ambiente institucional favorável, a governabilidade, a administração pública eficiente e, finalmente, mobilização e integração das forças do mercado.

### **Integração regional**

As motivações para a integração regional na América Latina são de natureza muito diversa. Na sua dimensão política, a integração contribuiu para a redução de conflitos intra-regionais, abrindo vias para o estabelecimento de mecanismos de consultas e de resolução de conflitos. Economicamente, a integração pretende dinamizar globalmente a actividade económica e o comércio intra-regional, superando a fragmentação dos mercados e permitindo economias de escala. A integração regional constitui ainda um elemento central da estratégia latino-americana para a competitividade internacional das exportações da região.

A Comunidade Europeia tem-se distinguido na promoção e no apoio prático aos esforços latino-americanos de integração. Por seu lado, a América Latina tem, frequentemente, considerado a Comunidade, com a sua longa tradição de integração económica e cooperação, como um parceiro natural para a procura de informação e de apoio. As afinidades existentes entre os membros envolvidos nos processos de integração nas duas regiões criaram um clima de confiança e de entendimento mútuo.

De qualquer modo, os observadores europeus estão conscientes de que os três processos de integração sub-regional da América Latina – Mercado Comum Centro-Americano, Pacto Andino e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – enfrentam muitos obstáculos. As dificuldades residem sobretudo nos custos económicos e sociais do ajustamento, na ausência de instrumentos compensatórios e, de uma forma geral, na inexistência de verdadeiros recursos financeiros.

Tomando em consideração os problemas mencionados e os fracos laços produtivos e comerciais existentes entre os diversos países latino-americanos, quando comparados com as relações existentes com países terceiros, os sistemas de integração da América Latina estão ainda longe de alcançar a irreversibilidade. A integração regional é, no entanto, de importância estratégica para os sectores público e privado, cujo planeamento de longo prazo está necessariamente relacionado com a existência ou não de um espaço regional economicamente integrado.

A evolução da NAFTA e das várias zonas de comércio livre da América Latina é uma variável ainda muito desconhecida para que dela se possa inferir o futuro da cooperação sub-regional. É difícil prevêr qual será o efeito da NAFTA sobre os esquemas de integração latino-americanos. Em princípio, poderá seguir uma de duas direcções: ou se baseia na premissa de que a futura cooperação interamericana será negociada numa base bilateral, o que possivelmente fará gorar os esforços de integração sub-regional na América Latina; ou pressupõe que os Estados Unidos estarão dispostos a aceitar o estabelecimento de relações com entidades sub-regionais, o que, logicamente, tenderá a reforçar a coordenação entre os latino-americanos.

A nova política de Washington para a América Latina vai alterar necessariamente os laços tradicionais da Europa com a região, nesse sentido, as negociações Estados Unidos-México relativas à zona de comércio livre têm causado alguma apreensão nos círculos comunitários. Em termos económicos, a NAFTA representa um desafio para os investidores europeus no México, uma vez que este país ocupa o terceiro lugar na lista dos investimentos directos estrangeiros da Europa, depois da Argentina e do Brasil, e excluindo os centros *offshore*. Mesmo antes do início formal das negociações relativas à NAFTA, as companhias europeias aumentaram as suas operações no México, tendo como pano de fundo as profundas reformas económicas que aí decorrem. As estipulações específicas da NAFTA no que diz respeito às regras de origem irão determinar se esta tendência se irá manter ou se, pelo contrário, o investimento europeu terá que regredir.

### **Cooperação para o desenvolvimento**

A amplitude dos problemas sociais e ambientais da América Latina – por exemplo, a pauperização, os deficientes sistemas de educação e de saúde, a deterioração ambiental das cidades, o alastramento do narcotráfico por todo o subcontinente – representa um enorme desafio à estabilidade e prosperidade internacional.

Tradicionalmente, a ajuda para o desenvolvimento que a Comunidade Europeia e os seus Estados membros destinam à América Latina tem como prioridade o combate à pobreza e o desenvolvimento de programas sociais. De facto, a Europa é, neste sector, o mais importante contribuinte: em 1990, o Conselho de Ministros aprovou um aumento de 70% dos montantes de ajuda para a América Latina, tendo como objectivo atacar de forma mais eficaz os problemas do desenvolvimento económico e social.

A Comunidade acedeu, igualmente, a ajustar os instrumentos de cooperação aos problemas específicos dos países não industrializados e aos novos aspectos da cooperação como, por exemplo, a protecção do ambiente. As *Orientações para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento da Ásia e da América Latina* aprovadas pelo Conselho de Ministros da Comunidade – Dezembro de 1990 – realçam particularmente a cooperação nos domínios da ciência e tecnologia, investigação e desenvolvimento e formação de recursos humanos. As Directrizes prevêm ainda que pelo menos 10% dos fundos comunitários para o desenvolvimento sejam destinados a projectos ambientais. No que diz respeito aos países com problemas de narcotráfico, a estratégia comunitária passa pela concessão de preferências comerciais, tendo em vista incentivar culturas alternativas.

A preparação de uma nova agenda para a cooperação decorreu em paralelo com as negociações dos acordos de terceira geração, que incorporam já os aspectos da cooperação económica consignados nas Directrizes. Foram assinados acordos de terceira geração com diversos países latino-americanos, entre os quais a Argentina, o Chile e o México. Com o Pacto Andino, estão decorrer as negociações para o *upgrading* do acordo de cooperação de 1983.

Para além das recentes iniciativas comunitárias, os países europeus têm pressionado as instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial e Banco Interamericano para o Desenvolvimento) para que tenham em devida consideração os custos sociais dos programas de ajustamento estrutural. Nesse sentido, a Comissão e as instituições oficiais dos Estados membros têm estado a canalizar fundos para o desenvolvimento, incluindo ajuda alimentar, através das Organizações Não Governamentais, uma vez que estas estão mais familiarizadas com as necessidades específicas dos receptores.

O quadro global da cooperação europeia para o desenvolvimento, em relação à América Latina não é porém tão significativo como poderia parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, a decisão de aumentar os fundos, tomada pela Comissão em 1990, tende a esconder o facto de que apenas 14% do total dos fundos para o desenvolvimento da Europa foram concedidos à América Latina. A região continua a ocupar um lugar pouco importante nas prioridades de cooperação da Comunidade. Em segundo lugar, os latino-americanos queixam-se frequentemente que a ajuda para o desenvolvimento evita que se discuta a questão central da cooperação, ou seja, o acesso dos produtos latino-americanos aos mercados europeus. Foi somente com a *iniciativa da Colômbia* que a Comunidade acedeu remover, temporariamente, todas as barreiras tarifárias e não tarifárias aos produtos provenientes dos países mais afectados pelo narcotráfico (Bolívia, Colômbia, Peru e Equador).

Existe uma tendência cada vez mais marcada para que sejam tomados em consideração outros aspectos para a concessão da ajuda ao desenvolvimento. Para garantirem a aprovação parlamentar e o apoio da opinião pública, as instituições doadoras tendem a exigir novas condições. O funcionamento das instituições democráticas, a segurança ambiental, as condições de emprego e a situação da mulher no processo de desenvolvimento são alguns dos



critérios a que os projectos têm que se submeter. Estes requisitos podem, eventualmente, sobrepor-se aos objectivos básicos da cooperação para o desenvolvimento.

## **Conclusões**

Face a um sistema económico internacional que se caracteriza pela construção de blocos regionais, pelas perspectivas incertas em relação ao sistema multilateral de comércio, pela globalização das estratégias empresariais e pela rápida mudança tecnológica, América Latina e Europa enfrentam, actualmente, novos desafios,

Alguns destes desafios podem criar interesses comuns e objectivos que as duas regiões podem tentar alcançar em conjunto:

- A Europa deve apoiar activamente a integração da América Latina numa economia mundial aberta e dinâmica, baseada no multilateralismo e no acesso aos mercados. Muito está em jogo nas actuais negociações do Uruguai *round*. Dado que os produtores latino-americanos e os consumidores europeus têm todo o interesse em evitar políticas proteccionistas no comércio internacional, podemos pensar inclusivamente numa aliança estratégica entre as duas regiões.

– Certamente que, para a América Latina, a perspectiva de uma zona continental de comércio livre é muito tentadora. Mas, a região deveria estar interessada na manutenção de relações comerciais diversificadas e defender a sua posição no mercado comunitário. A Europa, por seu lado, terá que defender os seus parceiros comerciais latino-americanos face a uma possível absorção pelo bloco comercial americano.

– Mesmo com o mercado único europeu a funcionar em pleno, cerca de 40% do total das vendas europeias terão por destino países não comunitários. Os dirigentes europeus e latino-americanos sublinharam já o seu desejo de evitar a deterioração do comércio inter-regional e de salvaguardar a futura participação da América Latina nas importações europeias.

– Existe um consenso generalizado sobre a necessidade de participação das economias da América Latina nas estratégias de financiamento e de investimento das empresas europeias e de que, no futuro, as empresas latino-americanas deverão desempenhar um papel activo nestas operações.

– No campo político, existe um interesse comum na manutenção da América Latina enquanto parceiro estável e de confiança no interesse da paz internacional.

– Finalmente, os especialistas concordam que a América Latina deve permanecer um continente com raízes europeias. A história recente tem demonstrado que a cultura e a identidade cultural não podem continuar a ser consideradas somente como apêndices dos interesses políticos e económicos. Apesar da globalização da comunicação e da standardização das expressões culturais – ou talvez mesmo por causa disso – as tradições culturais transformaram-se num elemento chave para a identificação individual. Nessa medida,

são utilizadas como um poderoso instrumento político, potencialmente capaz de provocar conflitos raciais, guerras civis e discriminação de minorias.

O próximo passo deverá ser, obviamente, o desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para a implementação dos interesses e objectivos comuns a europeus e latino-americanos.

A assimetria existente entre os intensos contactos políticos e as relações económicas tem que ser reduzida o que, não passa somente pela questão comercial, mas também pelo envolvimento económico recíproco. Isto é particularmente verdadeiro para os latino-americanos, que deveriam aumentar o a sua participação no investimento directo na Europa, procurar mais oportunidades para a criação de *joint ventures* com empresas europeias e alargar o espectro de produtos colocados nos mercados europeus.

Em termos culturais, a presença latino-americana na Europa deve ser mais pronunciada, respondendo aos desequilíbrios existentes no que diz respeito aos intercâmbios culturais. A cultura, as belas-artes, a literatura, favorecem a compreensão e ajudam à receptividade da opinião pública, elemento necessário para influenciar as decisões políticas.

Finalmente, os contactos bilaterais e sub-regionais ficam ainda aquém do já muito elaborado esquema de relações biregionais. Há ainda muito para fazer no que se refere ao desenvolvimento do diálogo ao nível dos Estados ou entre regiões, numa escala subnacional.

Nota do autor:

Gostaria de agradecer a Kea Wollrad pela sua assistência na preparação da versão final deste trabalho.

#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

BENECKE, Dieter, «Relaciones entre América Latina y Alemania a la luz de los cambios en Europa Oriental», *Contribuciones*, Dossier '90: Acontecimientos en Europa y sus impactos en América Latina, (Octubre-Diciembre), Buenos Aires, 1990,69-79.

EMMERIJ, Louis and IGLESIAS, Enrique (Eds.), *Restoring Financial Flows to LatinAmerica*. Paris, Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), 1991

EßER, Klaus, *Zentralamerika – USA, EG und Bundesrepublik Deutschland*. Berlin, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE), 1986

GLEICH, Albrecht von, BAUMER, Jean-Max and HUMMER, Waldemar, *Europäisch-Lateinamerikanische Wirtschafts-Kooperation. Die Bundesrepublik Deutschland, Österreich und die Schweiz*. Köln, Deutscher Instituts-Verlag, 1985

INSTITUTE FOR EUROPEAN-LATIN AMERICAN RELATIONS (IRELA), *The Single European Market and Latin America*. Dossier 34. Madrid, IRELA, 1991

INSTITUTE FOR EUROPEAN-LATIN AMERICAN RELATIONS (IRELA), *Towards a North American Trade Bloc? The NAFTA, Latin America and Europe*. Dossier 35. Madrid, IRELA, 1991

IZAM, Miguel, «Europa 92 y la economía latinoamericana», *Revista de la CEPAL* 43 (abril), Santiago de Chile, 1991, 67-81.